



PODER

Governo deixa mudança da meta com Congresso

Porém, de acordo com líderes partidários que participaram da reunião do Conselho de Coalizão Política, nada deve ser mexido até que as medidas arrecadatórias enviadas pela equipe econômica sejam votadas — como defende Haddad

» EDLA LULA

O governo vai deixar para o Congresso a decisão sobre alterar, ou não, a meta de resultado fiscal de 2024. Assim, seguirá o plano traçado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, desde abril, quando encaminhou o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO). Uma fala do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na última sexta-feira, gerou a expectativa de que haveria alteração na meta colocada na LDO, que é de zerar o saldo das contas públicas no próximo ano.

Mas a avaliação de vários parlamentares ouvidos ontem pelo **Correio**, após a reunião do Conselho de Coalizão Política, é de que a meta será mantida até que sejam votadas as medidas arrecadatórias encaminhadas ao longo desse ano — exatamente como defende Haddad. A reunião do colegiado foi convocada após o ruído provocado pela fala de Lula, interpretada pelo mercado financeiro como descompromisso com a responsabilidade fiscal.

“O esforço, no momento, é pela aprovação das matérias econômicas que estão em tramitação”, disse uma liderança partidária. “Não se falou sobre mudança na meta. Mas se reforçou muito o compromisso do presidente Lula com o orçamento do ano que vem e a necessidade de haver um orçamento equilibrado”, acrescentou outro parlamentar.

Segundo essas fontes, logo na abertura do encontro, Lula salientou que não quer alterar o orçamento do próximo ano tendo que cortar gastos. Ele citou o compromisso do governo

Ricardo Stuckert/PR



Lula e os ministros na reunião do Conselho. Presidente não quer alterar orçamento de 2024 para não mexer com gastos de programas sociais

com os programas sociais e, por isso, exortou a base aliada para que se esforce para aprovar as medidas encaminhadas pelo Palácio do Planalto. Algumas delas, porém, sofrem resistência no Congresso.

Haddad detalhou as propostas do Executivo que elevam a receita pública e o impacto na arrecadação. Entre elas, citou a Medida Provisória (MP) 1.185, que trata da subvenção

feita com o ICMS, pela qual são abatidos também o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). O governo quer acabar com essas subvenções.

Além dessa proposta, Haddad citou as alterações que devem ser feitas nos Juros sobre Capital Próprio, benefício que vem sendo dado a empresas na distribuição dos lucros aos acionistas. Tais

benefícios não recolhem Imposto de Renda.

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, fez uma explanação sobre o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA). Segundo um dos interlocutores, ela chamou atenção para o fato de que não será possível elevar gastos. “Mesmo que a meta de resultado fiscal seja alterada, será para garantir as despesas que estão no orçamento”, teria dito ela,

segundo esse parlamentar.

Tebet havia comentado que, para cumprir a meta, o governo precisaria de R\$ 168 bilhões a mais de arrecadação.

Relatório

Na próxima semana, o relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), Danilo Forte (União-CE), pretende apresentar o parecer que elaborou na

R\$ 168,5 BILHÕES

é quanto o governo precisa para fechar as contas do Orçamento de 2024. Para tanto, depende da aprovação de MPs e projetos de lei no Congresso

Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). Ela tinha advertido, desde a entrega do PLOA, que a meta tem de ser alterada. Pediu até que o governo que enviasse uma mensagem com a nova meta mais “realista” para ser incluída na LDO.

A tendência, segundo os deputados, é que prevaleça a intenção de Haddad de deixar essa discussão para o Congresso, após os resultados das votações das medidas arrecadatórias. A previsão é que, ao longo das discussões da LDO, a alteração possa ser feita, a partir de negociação entre governo e Parlamento.

A meta zero foi incluída pelo governo no PLDO, com uma margem de tolerância de 0,25 ponto percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para superavit ou para deficit. O governo vem sendo pressionado a elevar esta meta em meio ponto, com as mesmas margens de tolerância.

Pressões por alterações vêm de dentro

» ROSANA HESSEL

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vem tentando manter o discurso de que continua comprometido com a nova meta fiscal, mas cresce a desconfiança de que não será mantida. Fontes da Esplanada afirmam que as pressões para mudá-la, além de não serem recentes, vêm de dentro do Palácio do Planalto.

Os estudos para uma alteração estão em curso no núcleo duro do governo, à revelia da equipe econômica. De acordo com técnicos da equipe

econômica, uma parte importante do governo defende ser necessário mudar a meta “para um patamar mais realista em 2024”.

As discussões internas indicam como novo objetivo fiscal um deficit primário de 0,25% a 0,50% do Produto Interno Bruto (PIB), com margem de tolerância de 0,25 ponto percentual. Isso significaria uma autorização para as contas fecharem com saldo negativo de até 0,75% do PIB, ou R\$ 75 bilhões, quase em linha com as estimativas do mercado, cuja mediana para o rombo está em 0,80%

do PIB — ou seja, R\$ 80 bilhões, volume que precisará ser contingenciado se não houver mudança na meta.

Apesar de não concordarem, integrantes da ala mais conservadora do ponto de vista fiscal — e que não estão no Planalto —, admitem que esse resultado, dentro da mediana do mercado, ainda indica um resultado melhor do que o esperado para 2023, o que deixa “o argumento da mudança da meta a ficar em pé”. No Ministério da Fazenda, contudo, a informação oficial é que Fernando Haddad “segue pretendendo persegui-la”.

Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da Rio Asset, salienta que “o mercado jamais acreditou na meta de deficit zero ou mesmo que ficaria no intervalo de tolerância, de mais ou menos 0,25 ponto percentual do PIB”.

A especialista em contas públicas e diretora da Instituição Fiscal Independente (IFI), Vilma Pinto, também demonstrou preocupação com a possibilidade de mudança da meta. “Se a meta para o ano que vem não for zero, toda essa instituição do arcabouço fiscal e essa possibilidade de ajuste fiscal serão afrouxados também. Acho

importante a manutenção da meta fiscal”, ressalta.

Segundo Tony Volpon, economista e ex-diretor do Banco Central, “ninguém no mercado achava que eles iam cumprir a meta”.

Para fechar as contas do Orçamento de 2024, o governo depende da aprovação de medidas provisórias e projetos de lei para incrementar a receita em, pelo menos, R\$ 168,5 bilhões. Contudo, pelos cálculos IFI, em um cenário em que a maioria das propostas sejam aprovadas, a arrecadação adicional do governo no ano que vem será de R\$ 51,9 bilhões.

Mobilização pela agenda econômica

» HENRIQUE LESSA
» EVANDRO ÉBOLI

Enquanto setores do mercado seguem incomodados com as declarações do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da última sexta-feira — que disse que seria difícil cumprir a meta de deficit zero em 2024 —, para o governo a preocupação está na agenda econômica em tramitação na Câmara, onde o Executivo espera garantir a arrecadação para manter os investimentos no próximo ano.

A reunião do Conselho da Coalizão contou com a presença de 39 deputados federais, além

de líderes partidários e presidentes de 17 partidos que estão na base ou no primeiro escalão do governo. Serviu, ainda, como um desagravo de Lula ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A declaração do presidente, na sexta-feira, deu a entender que estavam em polos opostos.

O ministro Alexandre Padilha, da Secretaria de Relações Institucionais, disse que nenhuma alteração na meta fiscal foi discutida. Negou que o governo discuta enviar qualquer mensagem ao parlamento para mudar a meta. Para ele, não há razão para alterações antes das

votações que estão na Câmara.

“Não foi discutida meta fiscal. O que foi discutido é que, antes de qualquer discussão sobre ela, o plano do deficit zero está calado na aprovação das medidas que ampliam a arrecadação e a justiça tributária, que consolidam esse equilíbrio macroeconômico”, explicou.

O senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) confirmou que a prioridade é ampliar a receita. “O ministro Haddad foi prestigiado pelo presidente. Quanto às metas, não podemos falar nisso antes de saber a arrecadação que teremos com os projetos que

estão no Congresso”, observou.

O líder do PT, Zeca Dirceu (PR), disse que Lula “dividiu as tarefas” com os parlamentares da base para avançar na agenda do governo, neste final de ano, no Congresso. “Foi uma reunião para fortalecer as condições para o Brasil crescer, gerar emprego e renda, e dar condições políticas para que programas que impactam diretamente o povo, como o Bolsa Família, o Minha Casa Minha Vida, o Mais Médicos e o Desempenho. E para que, em 2024, a inflação siga controlada, com os juros caindo e a economia gerando riqueza”, observou.

Marcelo Camargo/Agência Brasil



Padilha: deficit zero se sustenta nas medidas que sobem arrecadação